

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.293.045 - MG (2018/0113009-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **ERLON PEREIRA BERNARDO DE SOUZA**
ADVOGADOS : **BARBARA LORENA NASCIMENTO RIBEIRO XAVIER E**
OUTRO(S) - **MG140735**
LILIANE FERREIRA NONAKA - **MG147647**
AGRAVADO : **RENAULT DO BRASIL S/A**
ADVOGADOS : **AURÉLIO CÂNCIO PELUSO** - **PR032521**
MANOEL JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) -
SP028797
AGRAVADO : **VALENCE VEÍCULOS LTDA**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE FIGUEIREDO DE ANDRADE URBANO** -
MG055283
RICARDO GORGULHO CUNNINGHAM E OUTRO(S) -
MG073178
GABRIEL LUCAS SOUTO COSTA - **MG144713**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DANOS MATERIAIS. ART. 18 DO CDC. ALTERAÇÃO DA CONCLUSÃO ALCANÇADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO ATESTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. SUPOSTO DESCABIMENTO DA MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por ERLON PEREIRA BERNARDO DE SOUZA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

EMENTA: AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – LETIGIMIDADE PASSIVA DA CONCESSIONÁRIA RÉ – VEÍCULO ZERO QUILOMETRO –

DEFEITO APRESENTADO SANADO INTEGRALMENTE – DEPRECIAÇÃO DO VALOR DO VEÍCULO – NÃO COMPROVAÇÃO – ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO – NÃO CABIMENTO – DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. A concessionária que alienou veículo com defeito ao consumidor, possui legitimidade para responder pelos supostos danos suportados por este último. Não se vislumbra a possibilidade de abatimento proporcional do preço, quando inexistem provas da alegada depreciação do valor do veículo, os defeitos apresentados são integralmente sanados pela fábrica e pela concessionária rés e o bem é disponibilizado ao seu proprietário em perfeitas condições de uso, ainda que o serviço tenha sido prestado em prazo superior ao de 30 dias previsto no art. 18, §1º, do CDC. A situação específica apresentada, por não ter ultrapassado a categoria do mero aborrecimento, não enseja a configuração de um legítimo dano moral passível de indenização. (e-STJ fl. 581 g.n.)

Opostos embargos de declaração, restaram desacolhidos com aplicação de multa.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente, alegando a violação dos arts. 18, §1º, 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor, 186, 187 e 944 do CC/02 bem como divergência jurisprudencial sustentou, em síntese, que, pelo simples fato de não ter sido sanado o vício apontado no prazo máximo de 30 dias, nasce para o consumidor o direito de escolha dentre as hipóteses previstas no art. 18, § 1º, do CDC e que, no caso, restaram configurados danos morais passíveis de indenização.

Alega, por fim, o descabimento da multa por embargos de declaração protelatórios.

Contrarrazões às fls. e-STJ 682-692.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

No tocante às alegações de configuração de danos morais e de ofensa ao art. 18, § 1º, do CDC, assim decidiu o Tribunal de origem:

De pronto, é de extrema importância destacar que restou cabalmente comprovado nos autos que a prestação dos serviços pelas rés foi concluída com cerca de quatro meses, ultrapassado, portanto, o prazo de 30 dias instituído no §1º, do art. 18 do CDC, situação que, em princípio, levaria a crer pelo direito do autor à indenização relativa ao abatimento proporcional do preço.

Contudo, há que se considerar a espécie e dimensão dos serviços prestados, bem como a efetiva e eficiente solução dos problemas apresentados pelo veículo, o qual está em perfeitas condições de uso, até porque o apelante não trouxe aos autos qualquer prova em sentido contrário, se limitando a afirmar que se sente inseguro diante da necessidade de troca de várias peças em um veículo com apenas dois anos de uso, mas situação esta que não tem o condão de levar ao reconhecimento de que o veículo não pode ser utilizado com segurança.

Ademais, o autor não trouxe aos autos qualquer prova de que o veículo teria sofrido depreciação do seu valor, em virtude do tempo em que ficou na posse das rés para o conserto, devendo, ainda, ser considerado que o veículo já possui mais de dois anos de uso, o que, por óbvio, influencia no seu valor de mercado.

Ora, se os problemas dantes apresentados pelo veículo do autor não mais persistem e se o bem se encontra em condições normais de utilização, portando inclusive as peças originais de fábrica, conclui-se, com tranquilidade, que aqueles primordiais e não mais existentes defeitos não tornaram o veículo impróprio ao consumo e nem foram capazes, por si só, de diminuir o seu valor, do que tem pela inaplicabilidade das reparações previstas no §1º, do art. 18, do CDC. É o que se depreende da leitura do caput do mesmo artigo, abaixo transcrito:

(...)

*Certo é que competia tão somente ao apelante comprovar os fatos constitutivos do direito pretendido, nos termos do art. 373, I do CPC/2015, **mas obrigação da qual não se desincumbiu de forma satisfatória.***

(...)

Da mesma forma, não há que se falar em condenação das rés no pagamento de indenização por danos morais em favor do

autor.

Isso porque, a despeito dos transtornos vivenciados pelo autor, em virtude do defeito apresentado pelo veículo com menos de dois anos de uso, fato é que os eventos descritos nos autos, por si só, não foram capazes para dar causa a um legítimo dano moral, ou seja, não tiveram força suficiente para afetar o equilíbrio ou integridade emocional do autor, a sua integridade intelectual ou física, a sua reputação, a sua imagem ou o seu amor próprio e sendo certo, ademais, que o autor não conseguiu trazer aos autos nenhuma prova para comprovar o contrário. (e-STJ fls. 584-589 g.n.)

Desse modo, alterar a conclusão do aresto recorrido no que atine à ausência de configuração de danos morais bem como à ausência de comprovação do alegado no que tange aos danos materiais demandaria o necessário reexame fático-probatório dos elementos constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE RÉ.

1. Em relação aos artigos 104, 210, 421, 422, 615 e 618, todos do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida nos referidos dispositivos não teve o competente juízo de valor aferido, nem foi interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. Rever o entendimento da Corte a quo, a qual consignou que, diante da realidade fática apresentada nos autos, evidenciou-se a responsabilidade da agravante pelos danos sofridos pelo agravado e a configuração de danos morais, demandaria necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 426.244/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. AUTOMÓVEL USADO. VÍCIO SANADO PELA CONCESSIONÁRIA. DEVOUÇÃO DO VALOR PAGO. NÃO CABIMENTO. EXCESSO DE PRAZO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SÚMULA Nº 7/STJ. PEDIDO LÍQUIDO CERTO E DETERMINADO. INEXISTÊNCIA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. A tese recursal vinculada aos arts. 402 e 944 do Código Civil não foi analisada pelo Tribunal de origem, sequer de modo implícito, atraindo ao caso o óbice da Súmula nº 211/STJ.

3. Não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao artigo 535 do CPC, haja vista que o julgado pode estar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pelo recorrente, pois, como consabido, não está o julgador a tal obrigado. Precedentes.

4. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a observância do preceito contido no art. 18, § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor, que assegura a restituição imediata da quantia paga, quando há vício de qualidade em automóvel novo, "zero quilômetro", ainda que se estenda ao longo do tempo, e não com a finalidade de rescindir contrato de compra e venda de veículo adquirido há mais de 3 (três) anos e que se encontra com quase 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados.

5. No caso, os autos relevam que o vício no câmbio restou completamente sanado, sem custo, pois deu-se no curso da garantia oferecida pelo fabricante, tendo sido restituído o veículo usado ao agravante, que aceitou a devolução do bem sem nenhuma restrição, não indicando embaraço capaz de afastar sua qualidade, o que demonstra a satisfação com o serviço efetuado, não obstante o excesso de prazo.

6. Rever o entendimento do tribunal de origem, no sentido de que a extrapolação do prazo de 30 (trinta) dias para sanar o problema não caracteriza dano mora indenizável e que esse atraso não determinou o abalo de ordem psíquica do recorrente, demandaria reexame de provas, providência vedada pela Súmula nº 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

7. Se o próprio recorrente formulou pedido na inicial requerendo "(...) reparação dano material decorrente do aluguel de veículo, cujo valor ainda é ilíquido" (fl. 16), causa estranheza a alegação de que o acórdão violou o art. 459, parágrafo único, do Código de Processo Civil, por ser vedado proferir sentença ilíquida quando o pedido é certo e determinado, atraindo, por analogia, a Súmula nº 284/STF.

8. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 835.030/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016)

Nesse passo, no que diz respeito à multa arbitrada em razão da oposição de embargos de declaração tidos como protelatórios, constata-se que, afastar as conclusões do v. Acórdão recorrido, o qual reconheceu o caráter procrastinatório do recurso, demandaria também o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. PRECLUSÃO TEMPORAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de Justiça delineou a controvérsia com apoio nos elementos de fatos e provas coligidos aos autos. Nesse contexto, a revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ.

2. (...).

3. A incidência da Súmula n. 7/STJ também impede rever a conclusão do TJMG de que os embargos declaratórios tiveram nítido caráter protelatório, o que culminou na aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1243438/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 04/06/2018)

Desse modo, conheço do agravo para DEIXAR DE CONHECER do recurso especial.

Considerando a prévia fixação de honorários de advogado pelas

Superior Tribunal de Justiça

instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, de 11% pra 13% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

